

## **Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O Exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)<sup>1</sup>**

PAULO CARVALHO

JOÃO LUÍS FERNANDES

Centro de Estudos Geográficos de Coimbra

A organização social e territorial das sociedades ocidentais vive neste final de milénio uma fase de transição caracterizada por mudanças significativas, numa clara sensação de fim de ciclo.

Questionam-se os anteriores modelos de produção e de vivência (Amaro, 1996), colocam-se em causa os critérios de organização dominantes a partir do fim da II Guerra Mundial, sem ainda no entanto se descortinarem no horizonte vias ou modelos alternativos para a arquitectura das sociedades e dos territórios. Este quadro gera incertezas, inseguranças e instabilidade (Abreu, 1996). Entronca, no entanto, nas principais linhas que identificam a pós-modernidade: heterogeneidade, fluidez e complexidade, das sociedades e dos espaços geográficos.

Não se desenham por isso vias únicas e uniformes de leitura, de organização e de actuação sobre os territórios, sendo então oportuno repensar conceitos como desenvolvimento, ruralidade, ou a própria relação cidade-campo. Ganham também centralidade problemáticas como a cidadania, a participação, as relações de poder e a estruturação das redes dos actores de desenvolvimento.

A transitoriedade das sociedades actuais e a necessária adaptação das estratégias de desenvolvimento a novos contextos é mesmo um pressuposto do qual se deve partir (Ferrão, 1995).

Os espaços rurais do mundo ocidental, pelas suas fragilidades e respectivas propriedades difusas, constituem um excelente laboratório de análise das novas sensibilidades territoriais que entretanto se anunciam. Com efeito, estes deixaram de ser exclusivamente sentidos e olhados sob a óptica das suas potencialidades produtivas para, num contexto diferente, poderem ganhar em complexidade, diversidade funcional e sustentabilidade, aquilo que perderam na sequência da aplicação desregrada de técnicas produtivistas a que foram sujeitos, sobretudo desde a Revolução Agrícola inglesa e em especial após o fim da segunda Grande Guerra.

---

<sup>1</sup> Com o apoio do Programa Praxis XXI/C/GEO/13037/1998 “Portugal e as contradições da modernidade: território, desenvolvimento e marginalidade”.

## **1. O espaço rural no contexto dos novos conceitos de desenvolvimento. Dos documentos de enquadramento estratégico às iniciativas concretas (o exemplo do PIC LEADER)**

### **1.1 Desenvolvimento e ruralidade numa perspectiva de final de século (breve reflexão)**

O desenvolvimento rural ganhou ampla visibilidade na última década quer no âmbito da concepção de um novo quadro de referência quer na óptica da participação efectiva e inovadora dos actores.

Com efeito, e numa análise centrada no contexto e na escala europeias, o espaço rural sofreu ao longo da sua História recente um processo mais ou menos profundo (consoante os casos particulares) de descaracterização e de enfraquecimento. Uma noção de desenvolvimento polarizada pelos espaços urbanos e industriais, e a sobrevalorização de actividades dos sectores transformador e de serviços, face às actividades agrícolas tradicionais, resultaram numa forte atracção quer pelas cidades, quer pelas funções associadas a estas. A própria mecanização da agricultura, com resultados no aumento da produtividade, libertou grande parte da mão-de-obra agrícola. O êxodo rural, em diferentes épocas (mais uma vez consoante os casos), foi a resposta destas populações excedentárias, normalmente a viverem a sua transição demográfica e por isso com crescente carência de meios de subsistência que suportassem essa demografia de maior dinamismo. Paradoxalmente, os espaços rurais começam assim a despovoar-se a partir do momento em que as suas populações, com taxas de crescimento mais altas, vencem algumas barreiras (sobretudo nos níveis alimentar e de saúde) e vêm a sua esperança média de vida aumentar.

Deste modo, a concentração do povoamento e dos principais poderes geoeconómicos, por um lado, e a rarefação demográfica, com perdas de poderes económico e político nos espaços rurais, por outro, completam o modelo que afectou de modo visível a geografia de parte importante dos espaços rurais europeus, portugueses incluídos.

Com efeito, ganharam visibilidade estratégica, sobretudo após o conflito mundial de 1939-1945, as teses desenvolvimentistas de cariz difusionista. Assente num sistema fordista, de produção de massa e de aparente pleno emprego, esta filosofia de intervenção pressupôs, mesmo para os espaços rurais em despovoamento, uma actuação descendente, pouco participada, acrítica (por parte da população local) e uniformizadora. Pressupunha-se assim a aplicação de uma linha de desenvolvimento seguidista, segundo a qual as

‘regiões mais atrasadas’ deveriam atingir o progresso percorrendo o caminho já trilhado pelas ‘regiões mais avançadas’ do centro. Sendo estas últimas quase exclusivamente urbanas, do espaço rural mais não se esperaria que se desenvolvesse segundo os critérios do progresso urbano-industrial, numa filosofia assente sobretudo no mito do crescimento económico. O desenvolvimento difundir-se-ia, deste modo, a partir de pólos projectados para o efeito, num processo conduzido pelas principais elites de decisão, com pouco espaço de reflexão, acompanhamento ou reacção por parte das populações locais.

Vivia-se um ambiente quantitativista e um período de euforia e de optimismos: produtivista e economicista, industrialista e tecnologista (Moreno e Moreno, 1998).

Por outro lado, qualquer distorção de desenvolvimento seria compensada por práticas assistencialistas, de inspiração keynesiana, também estas organizadas a partir de centros que são, permanentemente, fonte de inovação.

Alguns trabalhos científicos inspiraram este modelo, com especial destaque para as teses defendidas por François Perroux (1950)<sup>2</sup>.

No entanto, as sociedades e os contextos, por um lado, os valores e os critérios de análise e de percepção, por outro, vão sofrendo renovações e ganham novos sentidos, novas concepções e envolvem-se com novos parâmetros.

Desenha-se entretanto um outro quadro de referências no âmbito educativo, sobretudo quando se assumiu como relevante a educação e formação contínua de adultos, assim como o estímulo à emancipação dos indivíduos e dos territórios (*empowerment*) (Moreno e Moreno, 1998). Com o aumento do espírito crítico do cidadão comum europeu e sobretudo com o aprofundamento do conceito de cidadania interventora, estavam lançadas as sementes que viriam a colocar em causa a anterior lógica de organização social e territorial.

Também a incapacidade das políticas difusionistas na resolução dos problemas estruturais ligados às desigualdades e disparidades de desenvolvimento e à emergência de novas tipologias de marginalidade social e territorial, consequências da aplicação indiscriminada dos instrumentos de desenvolvimento estritamente económico, induziram nas sociedades e nos territórios europeus a emergência de novos paradigmas que, embora não rompendo com os anteriores, denunciam a necessidade de focalizações com base em critérios e em referenciais diferentes.

As crises petrolíferas dos anos 70 e inícios dos anos 80, o Maio de 68 e as movimentações dos cidadãos norte-americanos em torno da guerra do Vietname, simbolizam esse clima geral de contestação ao sistema funcionalista vigente (Moreno e Moreno, 1998).

---

<sup>2</sup> Ver ainda, sobre esta matéria L. Moreno (1996).

O mito do crescimento económico, como única via de alcance do progresso, foi assim colocado em causa.

Por outro lado, o despovoamento e a debilidade de fatias importantes do espaço rural da Europa, assim como as consequências ecológicas e os excessos de produção na agricultura europeia, estiveram entre os factores mais importantes para que, pelo menos à escala do velho continente, se começasse a denunciar uma determinada lógica de desenvolvimento.

Em cada lugar, assumem importância, por um lado, as suas individualidades e especificidade, e por outro, as respectivas capacidades criativas e de inovação. Aos microterritórios não está reservado um mero e fatalista papel de passividade no momento da sua integração na rígida hierarquia funcional do sistema global de inter-relações.

Às teses difusionistas, acrescentam-se (e complementam-se) então outras vias e outros conceitos de desenvolvimento, ditas territorialistas, que respondem também às maiores exigências de âmbito social e de cidadania participativa.

A expectativa está agora no maior acompanhamento e no mais efectivo envolvimento nos processos de desenvolvimento, que se pretendem mais próximos das populações autóctones: em suma, maior participação; tomadas de decisão ascendentes, mais autenticidade e originalidade nos modos de inserção de cada lugar no sistema global. A chave desta nova filosofia está na maior intervenção crítica e na capacidade de iniciativa de actores de desenvolvimento sedeados nas microescalas. Estes, agora organizados em rede, devem ter raízes nas próprias populações locais, que assim ganham autonomia e tomam em suas mãos o seu próprio destino. Vai-se assim construindo um paradigma mais qualitativo, humano e participado. Abre-se ainda uma porta de esperança para os pequenos lugares, negando-se a fatalidade da aposta exclusiva nas economias de escala como único caminho para o progresso.

Entretanto, assumem protagonismo os trabalhos científicos de autores como John Friedmann e Clyde Weaver (1979), Ernst Schumacher (1985) e Walter Stöhr (1974).

Em paralelo, assiste-se à crescente revalorização da importância do mundo rural (onde se redescobrem novas centralidades com base na qualidade) e dos valores da ruralidade (também estes em mudança) para o equilíbrio e coesão do próprio sistema. Na Europa, descortinam-se em cada território as suas potencialidades específicas e procuram alicerçar-se as novas filosofias do desenvolvimento territorial dos espaços rurais em conceitos como a multifuncionalidade, a sustentabilidade e a subsidiariedade.

Nesta revalorização do rural, não se esquece o papel central da actividade agrícola (em todas as suas componentes: biológica, ambiental,...e não apenas na sua versão produtivista). Ao agricultor fica então reservado o estatuto de um importante actor na

tarefa da preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos do mundo rural. Com efeito, a agricultura assume-se mesmo como o cerne da multifuncionalidade que se pretende para os espaços rurais europeus, sem a qual se inviabilizarão outras funcionalidades, como por exemplo o Turismo em Espaço Rural.

Nesta lógica, a paisagem rural, que em consequência da sua inclusão no sistema produtivista se tornou mais monótona (Dewailly, 1998), (re)coloca-se no centro das preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, revelando-se cada vez mais como um factor de qualidade de vida a preservar (Beaudet, 1999). O envolvimento das populações com a paisagem faz-se quer com base nos elementos materiais, quer com base nos símbolos imateriais dessa mesma paisagem.

É assim que se deve apostar na valorização quer das culturas materiais próprias de cada lugar, quer das suas culturas simbólicas, importantes para a afirmação do auto-conceito das populações locais (Reis, 1998).

Neste sentido, num contexto competitivo aberto, a afirmação de um território ou lugar faz-se também através da construção e divulgação de uma imagem de distinção e de qualidade, em muito centrada nas identidades e nos recursos simbólicos de cada lugar (Janiskee & Drews, 1996, citados por Fernandes, 1996), não sendo aqui relevante a questão da escala geográfica. Com efeito, se o reducionismo tecnocrático negava o direito de subsistência a territórios que, pela escala ou por quaisquer outras razões, não eram considerados economicamente viáveis, como uma pequena aldeia de pescadores ou de agricultores (Melo, 1996), um enquadramento teórico-filosófico mais qualitativo e abrangente pode mesmo traduzir-se na valorização dos aspectos positivos (e exclusivos) das pequenas densidades e dos territórios difusos. Nalguns contextos e para algumas populações, a rendibilidade económica não é mais o único critério a conduzir as suas condutas sobre o território. Sobre esta matéria, algumas ilações se poderão tirar das palavras de Pierre Donadieu (1999, p.84) a respeito do trabalho de outros dois investigadores, na área da Provence, em França: “*Dans le Luberon, Jean Viard et Michel Marié avaient su détecter les moeurs étranges des citadins qui rachetaient les fermes et leurs terrains et s’ingéniaient à maintenir vivants des oliviers qui ne leur apportaient pas de revenus. Pour le plaisir du spectacle des vergers sous le ciel lumineux de la Provence, pour écouter les stridulations des cigales et respirer le parfum des lavandes. Plaisir, jouissance, bonheur des campagnes réinventées, autant d’émotions devenues presque banales aujourd’hui pour une société en quête de sensations plus ou moins fortes au contact des espaces de nature*”. Cruzam-se valores como a paisagem, a estética, o bem-estar e a qualidade: a geografia, mesmo nos espaços rurais, torna-se mais complexa e mais cultural.

Em suma, no que respeita ao desenvolvimento rural, vive-se agora, pelo menos sob o ponto de vista intelectual, uma atmosfera diferente.

Mais qualidade e humanidade, mais cultura e bem-estar, menos fatalismo e passividade. Apela-se a uma maior criatividade, mas também a uma mais efectiva parceria e repartição de responsabilidades, no amplo espectro que vai desde a tomada de decisões, à sua implementação, gestão e, finalmente, avaliação de processos e práticas.

É neste sentido que o desenvolvimento (agora com feições mais localizadas) deve ser considerado como um processo essencialmente educativo.

A educação, fundamental para a contestação da aridez dos modelos anteriores, deve continuar a ser a aposta estratégica mais relevante na salvaguarda do futuro. Com efeito, se é verdade que a racionalidade dos modelos economicistas e de inspiração Marshalliana vigentes no pós II Guerra Mundial justificou em muito a existência de sombras territoriais de desenvolvimento, mesmo nos países mais prósperos, também é estrategicamente importante acautelar as consequências contraditórias da presente Sociedade de Informação e das respectivas Novas Tecnologias de Informação, pois também estas se traduzem em situações de marginalidade e de ‘interioridade’ (Ferrão, 1998). A geografia dos recursos humanos de qualidade terá neste âmbito um papel determinante.

Por outro lado, a educação deve continuar a ser encarada como um factor essencial para o estímulo da cidadania participativa. As geografias de sucesso far-se-ão também a partir da sustentabilidade com que cada população, ou cada indivíduo, usar, consumir e organizar o seu território do quotidiano (Gaspar, 1996).

É assim que educação, territorialidades e desenvolvimento se cruzam. Longe estão os tempos em que se acreditava (e aceitava) o primado exclusivo da economia.

## **1.2 Um breve olhar sobre alguns documentos orientadores**

De um modo geral, percorrendo alguns documentos de enquadramento estratégico elaborados, por exemplo, pela Comissão Europeia, pela Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento das Nações Unidas e pela OCDE, deparamos com a ideia comum de que o desenvolvimento rural deve ser encarado como uma necessidade social e política.

No contexto da União Europeia, entre 7 e 9 de Novembro de 1996, realizou-se na Irlanda, em Cork, a Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural. Com o sugestivo epíteto “*A Europa rural- perspectivas futuras*”, dessa reunião ficou patente a necessidade estratégica de preservação da identidade do espaço rural europeu (cerca de

80% do território europeu, com ¼ do total da população comunitária), sem que a esse princípio geral se deixem de ajustar também outras metas como sejam a aposta nas novas tecnologias de informação e no desenvolvimento de uma rede consolidada de actores locais de desenvolvimento.

Nesse sentido, a *Declaração de Cork* sugere como objectivo prioritário a construção de uma imagem atractiva do mundo rural, reforçando a ideia de que é também em cada lugar que se encontram as soluções para o desenvolvimento das comunidades locais. As metas a atingir devem ser localmente determinados, reforçando-se assim o sentido da identidade local, reduzindo-se ao mesmo tempo a complexidade das políticas de desenvolvimento arquitectadas pelos aparelhos burocráticos instalados no exterior. Esta declaração acentua ainda a ideia da flexibilidade dos espaços rurais europeus.

No final da década de 80 (1987-1988), o Conselho da Europa fez também uma reflexão sobre o espaço rural do Continente, através da “*Campanha europeia para o mundo rural*”: diversificar as acções de desenvolvimento, integrando a valorização dos patrimónios culturais locais, são também as linhas mestras desta tomada de posição.

Em Agosto de 1988, num documento dirigido ao Parlamento Europeu (“*O futuro do mundo rural*”), a Comissão Europeia refere-se à ruralidade de alguns territórios europeus como importante factor de equilíbrio ecológico, atribuindo aos espaços rurais algumas outras funções vitais, como sejam as relacionadas com o lazer e o recreio.

O desenvolvimento rural foi por isso plenamente assumido aquando da reforma dos fundos estruturais em 1988 e consagrada também em Maastricht (1993), com o alargamento dos princípios da coesão económica e social às áreas rurais, precisamente as mais carenciadas em muitos aspectos.

Nesta mesma linha é divulgado no ano de 1993 um documento da OCDE, com o título *Quel Avenir pour les Campagnes? Une Politique de Développement Rural*.

Para o caso particular do território português, o *Programa de Desenvolvimento Regional 2000-2006* sugere também um caminho de desenvolvimento alternativo. Com efeito, este documento preconiza um modelo de desenvolvimento orientado por princípios, em primeiro lugar, de sustentabilidade económica, em segundo, de sustentabilidade ambiental, como a forma de Portugal enfrentar, de modo coeso, a extrema competitividade de um sistema internacional cada vez mais aberto, onde se requerem por isso novos factores de afirmação dos territórios. O desenvolvimento rural assume-se assim como um dos eixos fundamentais e prioritários do desenvolvimento global e da coesão do território nacional: refere-se a aposta na Rede Natura 2000 e nas actividades da fileira florestal; o desenvolvimento dos produtos agrícolas e de serviços agro-rurais; e a importância estratégica da agricultura, num sistema geoeconómico

multifuncional. O valor das “paisagens” e do “património natural” e a afirmação da “mais valia do território” completam esta orientação estratégica que deste modo se assume como estrutural.

Trata-se de ideias já referidas num outro documento orientador das principais linhas estratégicas de fundo para o território nacional: o *Plano nacional de desenvolvimento económico e social 2000-2006*, elaborado pelo Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, sugestivamente apontado como *Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI*. Esta tomada de posição do governo português salienta, entre outros aspectos, mais uma vez a valorização do potencial relativo, específico e contextualizado de cada território, facto perante o qual as políticas territoriais devem responder em conformidade. Também neste documento (p.148), a sustentabilidade é apontada como uma via orientadora do percurso estrutural do país para o século XXI, de resto, em conformidade com o *5º Programa de política e de acção para o ambiente e desenvolvimento sustentável (2000-2006)*, apresentado pela Comunidade.

### **1.3 O Programa LEADER: a arquitectura de um novo modelo de intervenção sobre os espaços rurais europeus**

Nesta atmosfera de mudança<sup>3</sup> foi lançado pela Comissão Europeia, em 1991 (para o período que decorre entre esse ano e 1994), o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), o primeiro instrumento inovador de política especificamente criado neste quadro de referência, com aplicação nas regiões de Objectivo 1 e 5b, cujo “objectivo principal é a promoção do desenvolvimento local dos meios rurais, com base na valorização e diversificação do seu potencial de recursos e iniciativa” (Barros, *ibidem*).

O carácter inovador prende-se com a programação e gestão feitas ao nível do território abrangido (zonas de intervenção de nível sub-regional), pelas parcerias envolvendo diversos agentes de desenvolvimento local, como autarquias, associações culturais e sociais, associações profissionais ou sectoriais, empresas, ou mesmo pessoas a

---

<sup>3</sup> Segundo Vítor Coelho Barros (1999, p. 11) a reforma da PAC de 1992, principalmente a sua maior articulação com os objectivos alargados do desenvolvimento rural – até então o FEOGA Garantia era apenas um suporte sectorial/mercantil da agricultura –, e a aprovação dos regulamentos relativos à protecção das indicações geográficas e denominações de origem e aos certificados de especificidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, são contributos essenciais no “sentido de abandonar um modelo de desenvolvimento agrícola assente na intensificação produtiva e na simples concorrência pelos custos, quer de compatibilizar a defesa dos interesses dos produtores agrícolas com as exigências de qualidade por parte dos consumidores e com o melhor aproveitamento da diversidade e potencial dos vários territórios”.

título individual, reunidas no seio de um “grupo de acção local” (GAL), embora com enquadramento regulamentar e co-financiamento público (comunitário e nacional).

Em Portugal a iniciativa envolveu 20 zonas de intervenção, num total superior a 2000 projectos repartidos por áreas diversas, embora o turismo rural tenha assumido posição de destaque: 46% dos projectos e 56% do investimento aprovado (GEOIDEIA/IESE, 1999, p. 146).

A continuidade e o aprofundamento desta Iniciativa Comunitária têm sido assegurados desde 1994 e para o período temporal que decorre até 2001 através do LEADER II, de forma mais generalizada e com um significativo reforço financeiro (280 milhões de contos).

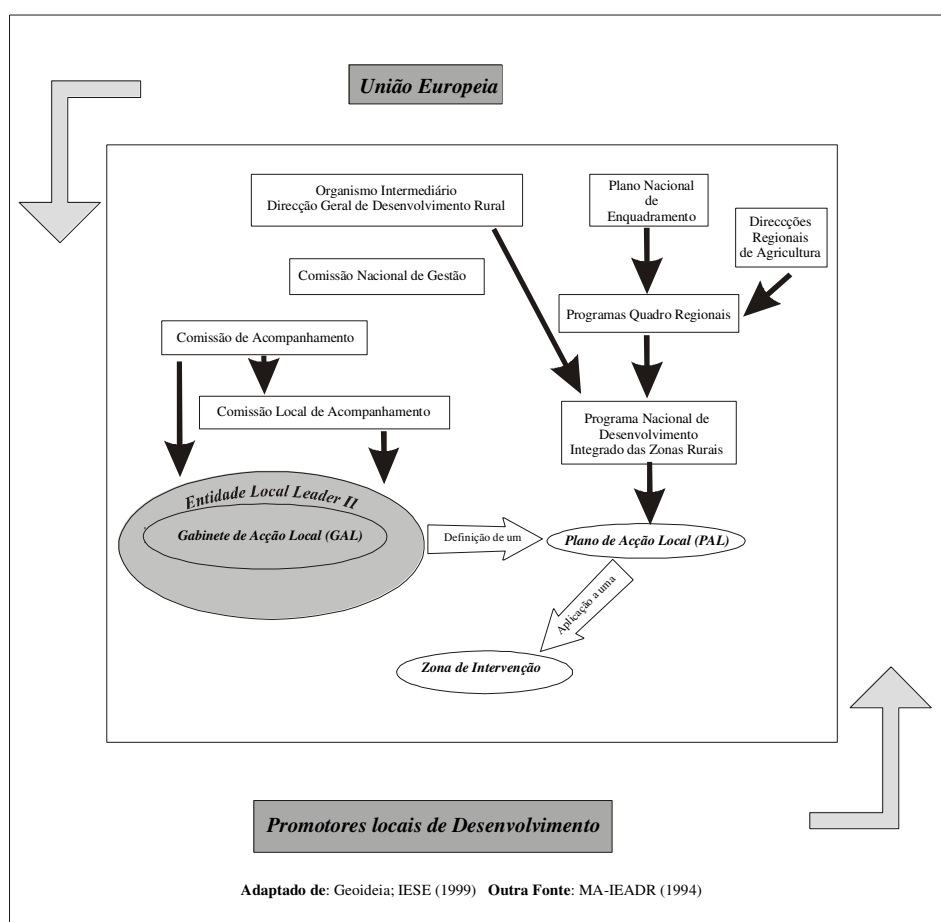


Figura 1. Estrutura orgânica do Programa Leader II

No nosso país o programa (figura 1) enquadra um conjunto de 48 entidades locais (teoricamente 84% do território e 1/3 da população) que gerem subvenções globais, na

base de um Plano de Acção Local (PAL) que essas mesmas entidades conceberam, em interpretação própria de um conjunto de directivas comunitárias e de orientações nacionais (Plano Nacional de Enquadramento) e de acordo com uma leitura, também própria, de determinadas dimensões-problema das respectivas zonas de intervenção (GEOIDEIA/IESE, op cit., p. 116).

Foram definidas grandes áreas de intervenção para o Programa, a saber:

- apoio técnico ao desenvolvimento rural;
  - formação profissional específica e ajudas à contratação;
  - apoio à diversificação das actividades económicas;
  - valorização e comercialização das produções agrícolas, silvícolas e das pesca local;
  - preservação e valorização do ambiente natural e da qualidade de vida;
  - acções em cooperação;
  - “outros”, cabendo nesta designação perspectivas inovadoras que podem ser identificadas localmente, ainda que não explicitamente previstas na concepção do programa.
- funcionamento do GAL.

## **2. O LEADER\ELOZ. Entre Lousã e Zêzere – iniciativa de desenvolvimento local em meio rural**

### **2.1 Estrutura do programa**

#### **2.1.1 Entidade Local: cooperação e inovação**

O Programa “LEADER ELOZ. Entre Lousã e Zêzere. Programa Integrado de Desenvolvimento Regional”, resulta da candidatura à Iniciativa Comunitária LEADER II apresentada pela Dueceira<sup>4</sup> e a Pinhais do Zêzere<sup>5</sup> - associações de desenvolvimento, de

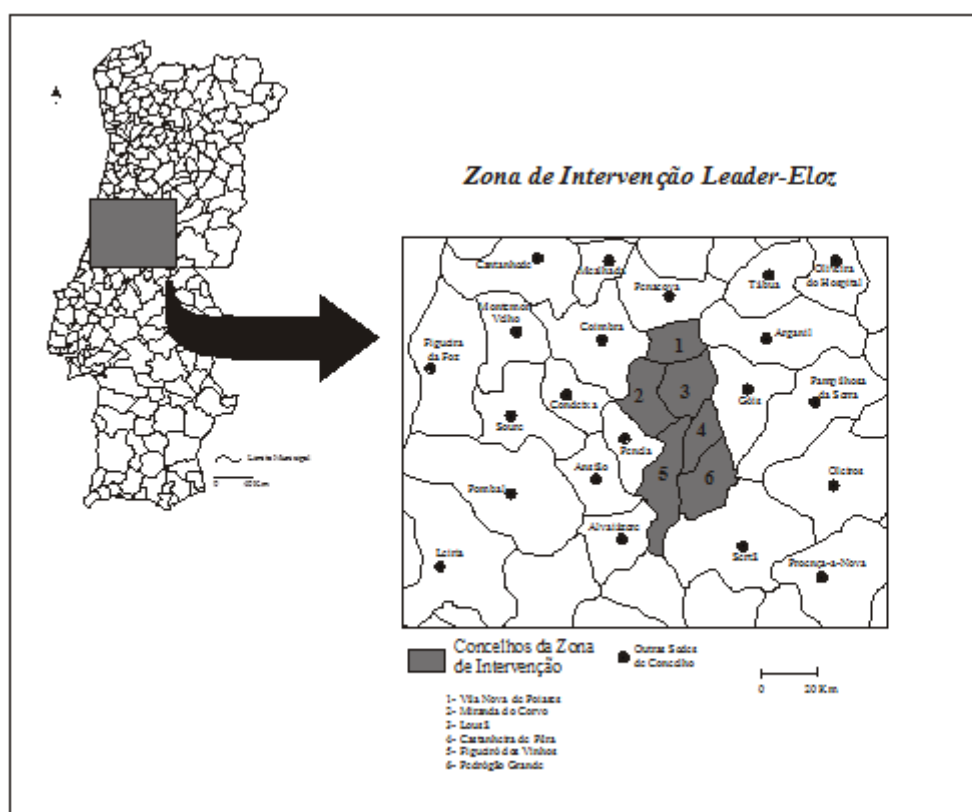
---

<sup>4</sup> A Dueceira (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça) tem como principal objectivo a promoção do desenvolvimento integrado e auto-sustentado da sua área de intervenção – concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares. Esta associação conta como associados com instituições, públicas e privadas, entre as mais representativas de cada concelho.

Tendo sido constituída em 4 de Março de 1994, tem pautado a sua primeira fase de existência a preparar, planear e executar projectos, em áreas diversas, nomeadamente:

- da Informação (divulgação de iniciativas comunitárias, programas e projectos nacionais de índole diversa, outra informação de interesse geral ou sectorial);
- da Floresta (preservação e combate a incêndios);
- do Desenvolvimento Endógeno.

direito privado, sem fins lucrativos – na sequência de um acordo de cooperação bilateral<sup>6</sup> que podemos considerar inovador e exemplar face ao panorama nacional, na medida em que duas entidades distintas e com territórios distintos se interligam no âmbito deste Programa, de modo a agir de uma forma coerente e estratégica face a um espaço mais amplo e com características idênticas.



Elaboração Própria

Figura 2. Zona de Intervenção Leader-Eloz

<sup>5</sup> A Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento, foi constituída em 9 de Abril de 1994 e compreende a totalidade dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande. Cerca de 90% dos seus associados (cujo total excede a centena) são privados a título individual.

<sup>6</sup> Por acordo prévio entre os signatários resultou que a Entidade Local gestora do Programa é a Dueceira, enquanto que a Pinhais do Zêzere é a Entidade Parceira.

A gestão interna do Programa é assegurada pelo Conselho de Gestão (órgão deliberativo criado por comum acordo dos órgãos de ambas as associações envolvidas neste processo) e pelo GAL que afinal é o corpo técnico essencial às tarefas de planeamento, implantação, execução e coordenação do Programa.

### **2.1.2 Zona de Intervenção (ZI): identificação e traços distintivos**

A “zona de intervenção” (figuras 2 e 3), sob a designação ELOZ, compreende os concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Miranda do Corvo, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares, da NUT III Pinhal Interior Norte. Nesta área de quase 720 km<sup>2</sup>, espartilhada por 24 freguesias e onde residem quase 50 mil habitantes, destacamos a presença da Serra da Lousã<sup>7</sup> (extremidade sudoeste do mais importante bloco montanhoso do país, a Cordilheira Central), e em plano secundário, embora não despreciando, a Bacia Sedimentar de Miranda do Corvo-Lousã-Góis-Arganil e o Maciço Marginal de Coimbra.

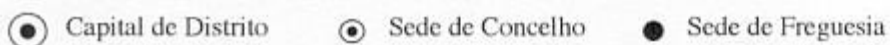
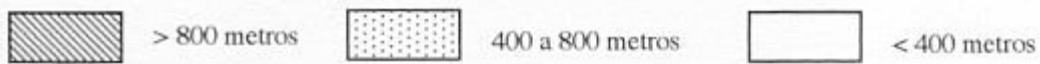
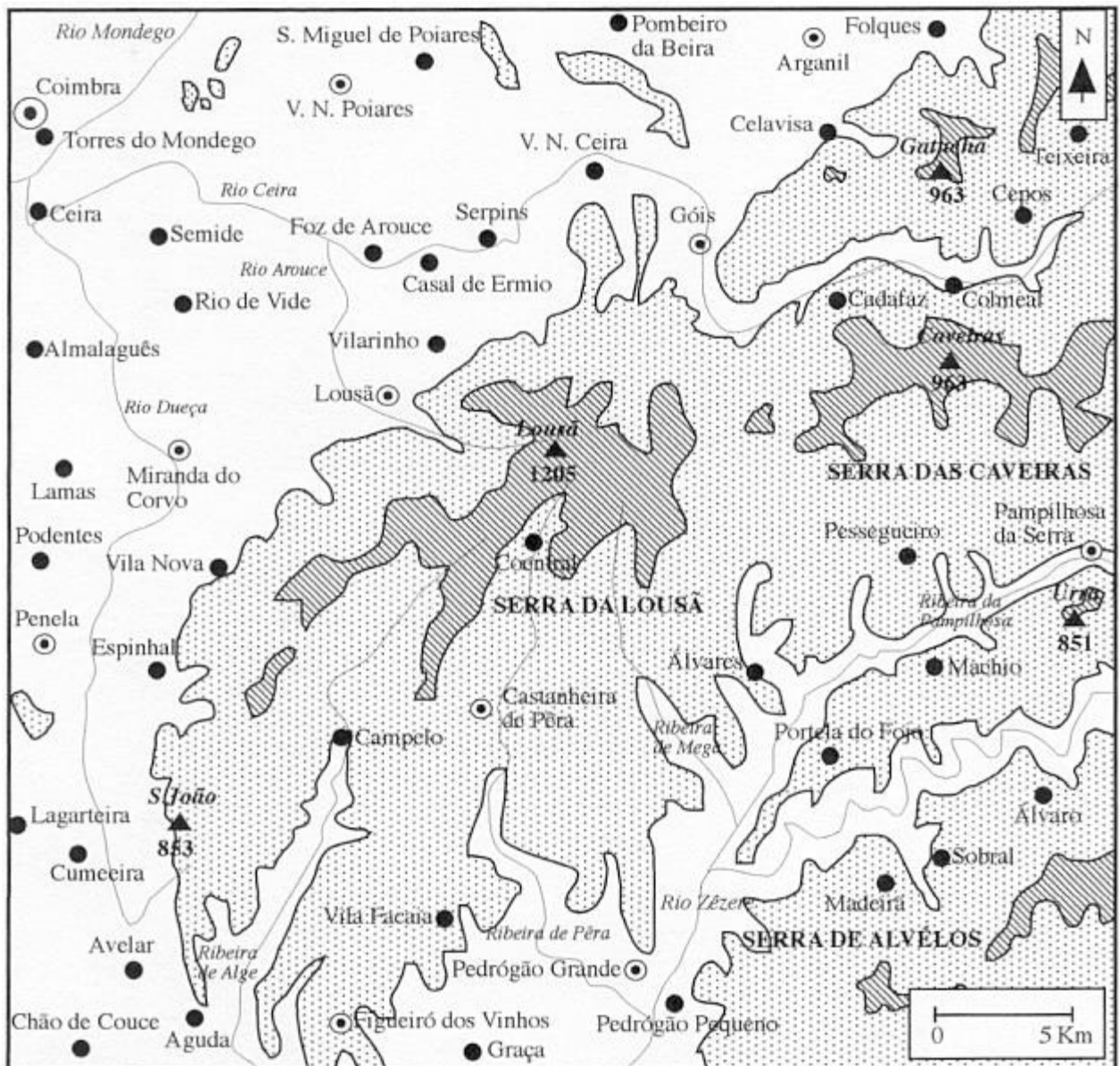
Mas é a primeira unidade, delimitada a sul pelo entrecortado do Rio Zêzere, a mais imponente e marcante na definição da identidade e dos seus caracteres distintivos, e quiça que empresta a tonalidade verde aos expressivos recortes cenográficos invocados com mestria no grafismo alusivo às imagens de marca da ELOZ. A segunda cor da paleta, o azul, reflecte a importância das linhas de água na região, mormente aquelas que partindo da divisória Mondego/Zêzere, testemunhada pelas cumeadas da Serra da Lousã, prestam tributo a este último – as ribeiras de Alge, de Pêra e de Mega, são disso expressão grandiosa, sem olvidar a importante albufeira do Cabril (no Zêzere).

A chancela dos problemas estruturais irradiados da reduzida acessibilidade, das fragilidades que decorrem da base produtiva, do défice de estruturas organizativas formais, da estrutura urbana, do decréscimo demográfico, do despovoamento, da desertificação, do envelhecimento que nas últimas décadas arrotearam caminho de forma verdadeiramente imparável principalmente no interior da montanha, são imagens que contrastam profundamente com as dinâmicas territoriais positivas emergentes nas sedes de concelho, principalmente as da periferia setentrional desse sector da Cordilheira Central (quadro 1).

É aí, por entre áreas aplanadas ou suavemente onduladas mas sempre de pequena altitude que encontramos os lugares mais importantes, que coincidem com as sedes dos concelhos mais dinâmicos: Lousã e Miranda do Corvo, na proximidade da capital regional, a cidade de Coimbra, que interfere de forma mais ou menos significativa na alteração das suas estruturas demográficas, económicas e sociais. É aí que as densidades populacionais são mais elevadas, o decréscimo demográfico menos acentuado, o carácter urbano mais expressivo (Carvalho, 1999).

---

<sup>7</sup> Segundo L. Lourenço (1997), devemos igualmente considerar a Superfície de Pedrógão, sub-unidade morfo-estrutural do Fosso do médio Zêzere, no quadro das serras de xisto do Centro de Portugal.



Elaboração Própria

Figura 3. Enquadramento geográfico da área em análise

Quadro 1 - Indicadores seleccionados para os concelhos da ZI

	A		B	C	D	E	F	G			H	I	J	L	M
	A1	A2						G1	G2	G3					
Cast. de Pêra	5137	4442	-14	3900	-12,2	58,3	1401	5	64	31	37,9	8,1	122,5	60,8	14,3
Fig. dos Vinhos	8754	8012	-8,5	7530	-6	43,8	1521	20	37	43	35,3	6,4	127,4	62,9	18,8
Lousã	13020	13447	2,5	14120	5	101,5	4865	5	48	48	40,1	7,4	96	55,3	10,1
Mir. do Corvo	12231	11674	-4,6	11310	-3,1	89,1	2976	11	36	53	39,7	3,7	93	56	13,4
Ped. Grande	5842	4643	-21	4060	-12,6	31,6	948	27	28	45	30,6	4,2	198,8	72,7	24,4
V.N. de Poiares	6649	6161	-7,3	5880	-4,6	70,2	477	12	37	51	37,9	3,6	96,6	61,1	12,5
P. I. Norte	152056	139413	-8,3	132630	-4,9	50,7	4865	17	43	40	36,3	4,6	121,8	64,3	16,7
Região Centro	1763119	1721650	-3,5	1710390	-0,7	72,3	89639	17	39	44	41,4	5	87,2	55,5	14
Portugal	9833014	9867147	0,3	9957270	0,9	108,3	663315	11	38	51	44,6	6,1	70	50,6	11

A - População residente: A1-1981; A2 - 1991.

B - Taxa de variação da população 1981-1991 (%).

C - Estimativa da população residente, 1997.

D - Taxa de variação da população 1991-1997 (%).

E - Densidade populacional em 1997 (hab./ Km2).

F - População residente no lugar mais importante em 1991.

G - Estrutura da população activa: G1 - primário; G2 - secundário; G3 - terciário, em 1991.

H - Taxa de actividade em 1991 (%).

I - Taxa de desemprego em 1991 (%).

J - Índice de envelhecimento [(Pop.>64 anos / Pop.<15 anos) x 100], em 1991.

L - Coeficiente de dependência total (Pop. <15 anos + Pop.>64 anos / Pop.15-64 anos x 100), em 1991.

M - Taxa de analfabetismo em 1991 (%).

Fonte: INE (elaboração própria).

### 2.1.3 Plano de Acção Local (PAL): objectivos, estratégia e estrutura

O PAL foi elaborado tendo como elemento estruturador a preservação da cultura e património do mundo rural, tanto nos seus aspectos característicos tradicionais como no seu processo evolutivo e de inovação. Outros pressupostos foram definidos:

– a pretensão de promover como imagem de marca da zona de intervenção ELOZ, a sua coloração dominante e bipartida entre o verde e o azul, potencialidades locais que a identificam com os maciços montanhosos e com os cursos de água existentes;

– a afirmação como macro objectivo para a ZI, da aposta no desenvolvimento de uma forma integrada, tendo como suporte a diversidade dos seus recursos endógenos, bem como as iniciativas colectivas empreendidas pela comunidade local.

Segundo informação disponibilizada pelo GAL destacamos, de forma sumária, outros elementos que entendemos pertinentes.

O Programa tem um período de vigência, cujas balizas cronológicas são os dias 01 de Janeiro de 1996 e 31 de Dezembro de 1999, afinal o período de apresentação de candidaturas; a data limite para a apresentação de documentos justificativos de despesas relacionadas com projectos/acções aprovadas pelo Programa e para a sua conclusão é 31 de Dezembro de 2001.

Os beneficiários são todas as entidades, individuais ou colectivas, públicas ou privadas, cuja residência ou sede se situe na Zona de Intervenção; a título excepcional, poder-se-ão aprovar projectos apresentados por pessoas e entidades localizadas fora da ZI, desde que o impacto desses projectos incida, fundamentalmente, no interior da mesma.

No que concerne aos principais objectivos do Programa destacamos:

- apostar no desenvolvimento de uma forma integrada, tendo como suporte a diversidade dos recursos endógenos da sua ZI, bem como as iniciativas colectivas do desenvolvimento, empreendidas pela comunidade local;
- criar condições para a valorização dos recursos naturais de e com qualidade;
- dinamizar a experimentação de novas abordagens ao processo produtivo, à organização do trabalho, à inter-relação entre população de diferentes níveis etários e de um modo geral estimular a inovação e criatividade em iniciativas de desenvolvimento;
- diversificar e complementar as actividades económicas;
- estabelecer possíveis cenários alternativos e novas oportunidades locais e regionais no âmbito dos vectores: a agricultura/qualidade/”produtos caseiros”; o uso múltiplo da floresta/noção de sistema agro-ambiental; a floresta/fauna e flora/fileira madeira/biomassa; turismo em espaço rural; artesanato; PME’s; outros vectores relacionados com a exploração do potencial passivo, rentabilizando os trunfos da zona de intervenção;
- incentivar a utilização de energias alternativas e zelar pela preservação da qualidade do ambiente;
- modificar e/ou reforçar os estilos de intervenção que invertem as tendências negativas verificadas até aqui;
- promover a formação profissional através da promoção do potencial endógeno do mundo rural;
- promover o reforço institucional (estabelecimento de redes) e o associativismo local;
- redimensionar a concepção de espaço rural e suas funções;

- reter a riqueza criada, a nível local;
- incentivar a transferência de informação a nível local, regional, nacional e comunitário, através de redes de programas LEADER.

O Programa tem uma estratégia própria que se apoia na seguinte metodologia:

- conhecimento do território e das necessidades de desenvolvimento dos seus habitantes;

- sensibilização para os ritmos de desenvolvimento da população;

- publicitação e divulgação do Programa;

- ajustamento permanente do PAL às necessidades de desenvolvimento da população e às potencialidades do território;

- estímulo ao investimento;

- acompanhamento dos projectos aprovados;

- transferência de informação em redes LEADER a nível local, regional, nacional e comunitário.

Para a realização do Programa definiu-se uma estrutura, segundo áreas, sub-áreas e acções, genericamente medidas de intervenção a que correspondem taxas de participação da União Europeia inscritas no intervalo de variação 32-75% - este último limite posiciona-se desde os 58%, conforme a área de investimento. De igual modo, são estabelecidas:

- as condições de acesso aos apoios previstos no Programa, segundo a óptica das características dos projectos de candidatura e dos promotores;

- os critérios de ponderação para a selecção e aprovação das candidaturas;

- as principais despesas elegíveis;

- os indicadores de acompanhamento e avaliação;

- as normas de instrução do processo, de incumprimento e incompatibilidades.

## **2.2 Uma leitura geográfica da iniciativa**

Para que se identifiquem as principais linhas de caracterização da iniciativa LEADER/ELOZ, organizou-se um conjunto de quadros em que se identifica o número de projectos e/ou o investimento aprovado (e a dimensão média), de acordo com as seguintes variáveis: **áreas de intervenção, tipo de promotor, localização do projecto e situação do projecto.**

\* **Áreas de Intervenção**

Das oito áreas de intervenção consideradas (quadro 2 e figura 4), destacam-se três categorias com mais de 80% dos projectos aprovados e quase 70% do investimento total:

– **Área 3. Apoio à Diversificação das Actividades Económicas**, a medida mais importante com 54% dos projectos aprovados e 45% do investimento total, repartidos pelas sub-áreas de **Turismo em Meio Rural, Artesanato** (actividade artesanal como economia alternativa), **Modernização Empresarial das PME's** (criação de serviços de apoio às PME's) e **Serviços de Proximidade** (apoio a actividades diversas e desenvolvimento de complementaridades) – a primeira destaca-se com 20 % do total de projectos aprovados, e divide-se em duas acções: dinamização das estruturas turísticas e apoio a actividades recreativas, culturais e de animação turística.

Quadro 2. Número de projectos e investimento aprovado, por áreas de intervenção

Áreas	Projectos		Investimento		Dimensão média (Esc.)
	Nº	%	Escudos	%	
1	18	15	85.781.519	12	4.765.640
2	2	2	6.212.000	1	3.106.000
3	67	54	319.208.486	45	4.764.306
4	11	9	88.786.358	12	8.071.487
5	18	15	82.107.199	12	4.561.511
6	3	2	16.022.116	2	5.340.705
7	-	-	-	-	-
8	4	3	111.601.218	16	27.900.305
Total	123	100	709.718.896	100	5.770.072

Fonte: Base de dados do LEADER/ELOZ, Dueceira, 2000

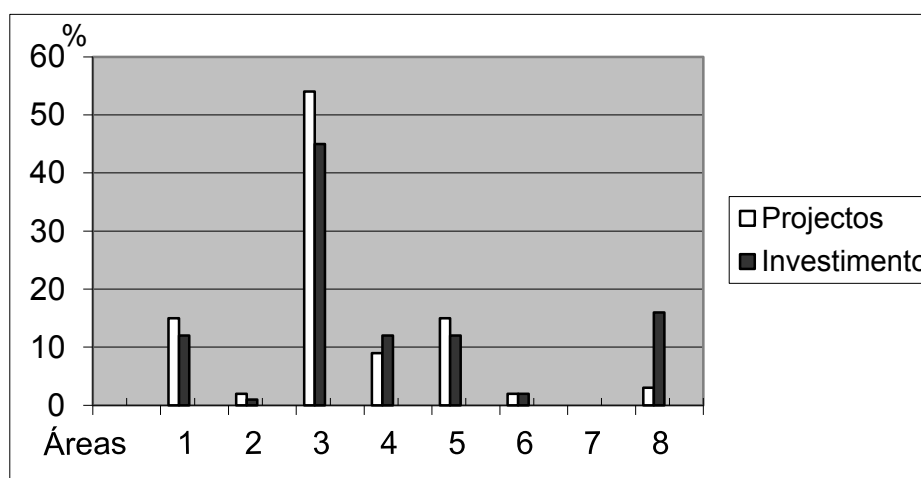


Figura 4. Número de projectos e investimento aprovado, por áreas de intervenção

LEGENDA:

Área 1 - Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural

Área 2 - Formação Profissional e Ajudas à Contratação

Área 3 - Apoio à Diversificação das Actividades Económicas

Área 4 - Valorização e Comercialização das Produções Agrícolas, Silvícolas e da Pesca Local

Área 5 - Preservação e Valorização do Ambiente e da Qualidade de Vida

Área 6 - Acções em Cooperação

Área 7 - Outros

Área 8 - Funcionamento do Grupo de Acção Local

– **Área 1. Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural** (15% dos projectos aprovados e 12% do investimento), concretizada no âmbito da acção “promoção da região e da imagem de marca: “o verde/azul”, que enquadra um conjunto diversificado de projectos no amplo espectro da divulgação e dinamização das potencialidades e actividades turísticas e culturais, da mostra de produtos endógenos, nos concelhos da ZI e em outras localidades do país, concretizados em eventos como feiras temáticas e exposições, mas também sob a forma de material promocional, desde os suportes analógicos aos digitais.

– **Área 5. Preservação e Valorização do Ambiente e da Qualidade de Vida** (15% dos projectos aprovados e 12% do investimento), domínio que integra especialmente as iniciativas que visam a preservação e a valorização da paisagem e do ambiente natural (nomeadamente ligado às praias fluviais), intervenções urbanísticas diversas: criação de parques e jardins; iluminação de edifícios no centro histórico; melhoria dos equipamentos culturais e desportivos (electrificação, arranjos exteriores); recuperação e reabilitação de património construído frequentemente abandonado e em estado de profunda degradação (antiga escola primária, casa de cantoneiros, casas serranas, capelas, ermidas), assim como o apoio prestado às associações sociais e culturais que pela sua actividade (caso das filarmónicas) são referências fundamentais no quadro local da oferta de serviços e actividades de cultura e lazer.

Com alguma importância, especialmente no âmbito do investimento e da dimensão financeira média, destacamos:

– a **Área 4. Valorização e Comercialização das Produções Agrícolas, Silvícolas e da Pesca Local**, com 12% do investimento e uma dimensão média de investimento por projecto na ordem dos 8 mil contos, e dentro dela muito especialmente a acção “apoio ao nível da produção agro-alimentar”; na região destacam-se o mel, produto certificado com denominação de origem<sup>8</sup>, na base de 30% dos projectos nesta área, o queijo de ovelha e de cabra (fresco ou curado), o azeite, as flores e as hortícolas.

---

<sup>8</sup> O mel da Serra da Lousã foi reconhecido como produto certificado pelo despacho 27/94 (D.R. n.º 29 de 04-02-94).

– a **Área 8. Funcionamento do GAL** (apenas 3% dos projectos, mas 16% do investimento que assim atinge uma dimensão média de quase 28 mil contos).

A dimensão financeira média dos projectos é bastante distinta conforme os domínios em que se integram.

**\* Promotores**

A diversidade de promotores é significativa, abrangendo um vasto leque de categorias de agentes locais.

Em primeira análise destacamos a distribuição (quadro3): **promotores públicos** (40% dos projectos aprovados e 29% do investimento), **privados** (51% dos projectos aprovados e do total do investimento), por sua vez repartidos entre os de **natureza individual** (21% dos projectos e 18 % do investimento) e os de **natureza colectiva** (30% dos projectos e 33% do investimento), e a **Entidade Local** (8% dos projectos e 20% do investimento).

Quadro 3. Número de projectos e investimento aprovado, por grandes tipos de promotores

Promotores	Projectos		Investimentos		Dimensão média (Esc.)
	Nº	%	Escudos	%	
Públicos	50	40	202.736.470	29	4.054.729
Privados Individuais	26	21	129.472.551	18	4.979.714
Privados Colectivos	37	30	234.208.089	33	6.329.948
Entidade Local	10	8	143.301.786	20	14.330.179
Total	123	100	709.718.896	100	5.770.072

Fonte: Base de Dados do LEADER/ELOZ, Dueceira, 2000

Noutro sentido, sobressaem quatro tipos de promotores (quadro 4):

– **Autarquias locais** (40% dos projectos e 29% do investimento), com especial destaque para as Câmaras Municipais (38% dos projectos e 27% do investimento);

---

A área geográfica de produção reparte-se pelas serranias e vales, no todo ou em parte, dos concelhos da Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Pampilhosa da Serra, Arganil, Góis, Vila Nova de Poiares, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

A ancestralidade da actividade apícola deixou marcas na toponímia regional: Colmeal, Cortiços, Vale de Cortiços, Malhada Chã, Vale das Abelhas, Vale de Colmeias, Mestras, Malhadizes, entre outros.

Nesta região, caracterizada pela sua grande vocação florestal, não obstante a degradação e a substituição das espécies arbóreas tradicionais (dos soutos e carvalhais aos pinhais, eucaliptais, e áreas desérticas), o desordenamento e a falta de enquadramento científico da fileira florestal, e o crescente abandono da actividade agrícola, a produção de mel assenta numa flora natural fundamentalmente constituída por ericáceas (urzes) que conferem ao mel cor, aroma e sabor característicos.

A qualidade do mel da Serra da Lousa é certificada pela Sicó-Qualidade.

- **Associações e colectividades sociais e culturais** (23% dos projectos e 26% do investimento);
- **Privados a título individual** (21% dos projectos e 18% do investimento).
- **Entidade Local**, apenas 8% dos projectos mas 20% do investimento, o que a posiciona no topo da dimensão financeira dos projectos (superior a 14 mil contos).

Quadro 4. Número de projectos e investimento aprovado, por tipos de promotores

Promotores	Projectos		Investimento		Dimensão média (Esc.)
	Nº	%	Escudos	%	
Câmara Municipal	47	38	193.151.578	27,2	4.109.608
Junta de Freguesia	3	2	9.584.892	1,4	3.194.964
Associações/Colectividades	28	23	181.572.965	25,6	6.484.749
Cooperativas	2	2	2025312	0,3	1.012.656
Empresas	7	6	50.609.812	7,1	7.229.973
Privados Individuais	26	21	129.472.551	18,2	4.979.714
Entidade Local	10	8	143.301.786	20,2	14.330.179
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>100</b>	<b>709.718.896</b>	<b>100,1</b>	<b>5.770.072</b>

Fonte: Base de dados do LEADER/ELOZ, Dueceira, 2000

Neste domínio, e para além do caso referido, destacam-se 3 tipos de promotores: as empresas, as associações sociais e culturais e os privados a título individual, regra geral todos com investimento médio por projecto superior a 5000 contos. Na situação oposta, surgem as cooperativas com projectos que envolvem investimentos pouco relevantes (cerca de 1000 contos).

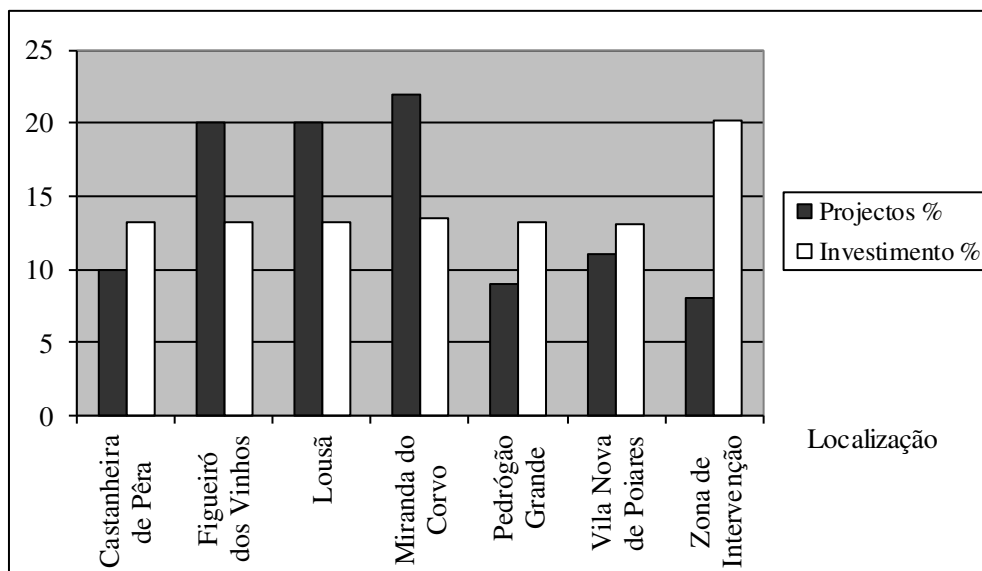
#### \* **Localização geográfica dos projectos**

A distribuição geográfica dos projectos aprovados (figura 5 e quadro I, em anexo) permite, desde logo, destringir os **concelhos** cujo território se desenvolve maioritariamente nas bacias sedimentares de Lousã-Góis-Arganil, embora de entre estes o contributo de Vila Nova de Poiares seja de nível inferior, e os concelhos de Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande, no sector serrano, que apesar da participação destacada de Figueiró dos Vinhos não consegue aproximar-se dos primeiros (53% e 39%, respectivamente). Na ou a favor da Zona de Intervenção decorreram 8% dos projectos aprovados, os quais absorveram cerca de 20 % do total dos investimentos.

Contudo, a análise cuidada da repartição geográfica do montante dos investimentos, traz a lume o notável equilíbrio entre todos os concelhos da Zona de

Intervenção, situação que não deixa de sugerir uma tentativa de equidade no esteio dos melhores princípios do próprio programa.

Da articulação destas duas variáveis, resulta uma dimensão financeira média por projecto bastante superior (cerca de duas vezes) nos concelhos Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares, quando comparada com os restantes.



Fonte: Base de Dados do LEADER/ELOZ, Dueceira, 2000

Figura 5. Projectos e investimento aprovado, por localização geográfica do projecto

Por outro lado não podemos deixar de assinalar a inexistência de projectos aprovados nas freguesias de Bairradas (Figueiró dos Vinhos), Foz de Arouce (Lousã), Rio de Vide (Miranda do Corvo), Arrifana e Lavegadas (Vila Nova de Poiares).

Outro nível de análise, definido pela dicotomia **freguesias sede de concelho/ freguesias fora da sede do concelho** (quadro 5), que traduz, de alguma forma, o carácter mais ou menos rural dos territórios, ou até diferentes níveis de urbanização, revela de forma inequívoca o desajuste numérico entre os projectos e o investimento aprovado nas freguesias sede de concelho (65 e 53,4%, respectivamente) e os que se desenvolvem no âmbito do segundo cenário (27 e 26,4%, respectivamente), não obstante a dimensão do desequilíbrio ser mais notada no número de projectos aprovados, o que se traduz na dimensão financeira média do investimento, cerca de 20 % superior no segundo caso, isto é, os projectos localizados nas freguesias sedes de concelho têm, na maioria dos casos, uma dimensão financeira superior aos que se desenvolvem nas outras freguesias, mesmo assim apenas 1/3 do investimento médio dos projectos da Entidade Local.

Quadro 5. Número de projetos e investimento aprovado, por localização geográfica do projeto (freguesia)

Localização do projecto (freguesia)	Projectos		Investimento		Dimensão média (Esc.)
	Nº	%	Escudos	%	
Sede de concelho	80	65	379.087.457	53,4	4.738.593
Fora da sede de concelho	33	27	187.329.653	26,4	5.676.656
Outras localizações	10	8	143.301.786	20,2	14.330.179
Total	123	100	709.718.896	100	5.770.072

Fonte: Base de Dados do LEADER/ELOZ, Dueceira, 2000

À escala do concelho, a importância relativa da freguesia sede de concelho é ligeiramente superior em Figueiró dos Vinhos (72%), Miranda do Corvo (74%), e muito elevada em Castanheira de Pêra (92%) e Pedrógão Grande (91%).

Se relacionarmos estas categorias com as áreas de investimento, concluímos: peso excessivo dos projectos localizados nas freguesias sede de concelho nas áreas de investimento 1 (78%), 5 (83%) e 3.3 (94%); défice no mesmo indicador nas área 3.1 .

Se pensarmos nos concelhos e nas áreas de investimento, destacamos a repartição do número de projectos aprovados entre 6 e 8 áreas/sub-áreas, a importância da área 3 (com 54% do total de projectos aprovados) nos concelhos de Castanheira de Pêra (75%), Miranda do Corvo (81%), Pedrógão Grande (73%), o contributo de Figueiró dos Vinhos e da Lousã para a área de investimento nº 5 (quase 80%), e o maior número de projectos e a distribuição mais alargada no âmbito da sub-área 3.1.

#### **\* Situação do projecto**

A última dimensão de caracterização dos projectos concerne à situação em que se encontravam no final de 1999 (quadro 6). Embora seja significativa a percentagem de projectos já concluídos (38%), significa que eles correspondem a uma percentagem de investimento aprovado relativamente pequeno (18%) e porque são sobretudo os de pequena dimensão financeira. Entretanto estão iniciados 49% dos projectos aprovados.

Quadro 6. Número de projectos aprovados, por situação do projecto

Situação do projecto	Projectos	
	Nº	%
Aprovado	16	13
Iniciado	60	49
Concluído	47	38
Total	123	100

Fonte: Base de Dados do LEADER/ELOZ, Dueceira, 2000

Relacionando as grandes categorias de promotores locais com as áreas de investimento, afinal as duas primeiras variáveis em análise, destacamos:

– a importância dos **promotores públicos** no total de projectos aprovados na **área 1** (78%), na **sub-área 3.1** (50%) e na **medida 5** (67%), 38 em 50, cerca de 76% do total dos projectos públicos aprovados;

– a destacada participação dos **promotores privados individuais** no total de projectos aprovados na sub-área **3.3** (76%), 13 em 26, o que perfaz 50 % do total dos projectos aprovados de iniciativa privada individual;

– a distribuição mais regular e abrangente dos **projectos privados colectivos**, destacando-se as sub-áreas **4.1**, **3.1** e **5**, respectivamente 63 e 33% destas medidas, e cerca de metade dos projectos aprovados a este promotor;

– a **Entidade Local** reparte-se por três áreas de investimento, de forma quase igual, embora com exclusividade nas áreas 6 e 8.

A análise conjunta do tipo de promotor e da área geográfica de intervenção, permite destacar:

– o equilíbrio na participação dos promotores públicos e privados, segundo os projectos aprovados, nos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares, e o protagonismo dos promotores privados em Castanheira de Pêra (67%), Figueiró dos Vinhos (64%) e Pedrógão Grande (73%);

– da subdivisão dos privados (individuais e colectivos) e da sua consideração no total dos projectos aprovados, transparece equilíbrio em Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos, défice da participação dos privados individuais em Vila Nova de Poiares, e participação pública destacada (mais de 50%) nos concelhos da Lousã e Miranda do Corvo.

Em suma, do cruzamento destas variáveis, parece-nos possível evidenciar 2 grandes conjuntos de projectos, essencialmente pela natureza material ou imaterial das acções:

- projectos de natureza imaterial, centrados na divulgação, animação e sensibilização das populações, promovidos pelas **autarquias e pela entidade local**;
- projectos de carácter material que regra geral absorvem as maiores parcelas de investimento e se dividem em dois sub-grupos:
  - acções que visam a **qualificação dos lugares**, promovidos pelas autarquias e pelas associações sociais e culturais;
  - intervenções no domínio da promoção das **actividades económicas** desenvolvidas especialmente a título individual.

### **3. Notas finais**

Nos últimos anos a problemática do desenvolvimento (rural) suscitou um novo quadro conceptual e novas orientações políticas que afirmam uma nova maneira de enfrentar os problemas, alicerçada na perspectiva de intervenção e de organização em rede dos novos actores de desenvolvimento.

O PIC LEADER é exemplo desta filosofia, essencial na definição de estratégias para os problemas, desafios e oportunidades do espaço rural.

Pela primeira vez existe apoio directo às iniciativas de desenvolvimento empreendidas pelas colectividades locais e um fundo é gerido localmente mediante parceria.

O balanço dos efeitos desencadeados pelo Leader.Eloz é positivo e dificilmente poderá negligenciar uma dimensão qualitativa de apreciação dos resultados, qual fragância da nova matriz de desenvolvimento.

Desde logo, trata-se de um processo inovador e demonstrativo de parceria, numa acção articulada para um território mais vasto e com características idênticas – a gestão e execução deste Programa resulta da cooperação activa entre duas associações de desenvolvimento (a Dueceira e a Pinhais do Zêzere). Sabendo-se da importância da organização e intervenção em rede dos actores, pensamos que na nova fase da Iniciativa estão reunidas condições para continuar e aprofundar esta cooperação.

Uma avaliação limitada e generalizada ao indicador número de postos de trabalho mantidos e/ou criados ou inclusivamente centrada no montante total de investimento aprovado, não deixa de ser redutora da complexidade do processo e dos efeitos reais das medidas.

No caso em estudo, o alcance de certas medidas, tais como a participação dos artesãos mirandenses na feira de artesanato de *Neufchateau* (vila francesa geminada com Miranda do Corvo), essencial no processo de conquista de novos mercados (internacionalização da economia local) alicerçada no artesanato (essencialmente olaria e tapeçaria), ou a aquisição de equipamento por parte da cooperativa de apicultores Lousãmel, para promover o mel certificado da Serra da Lousã junto das unidades de hotelaria e restauração, o apoio para o equipamento do Centro de Formação de Serpins do CNE e para o parque de campismo rural, ultrapassa em muito a insignificante expressão económica dos investimentos realizados.

Noutro sentido, parece-nos muito positivo o tipo de gestão do Programa que envolvendo Grupos de Acção Local (GAL), formados quase sempre por técnicos de formação superior, “contribuiu para o reforço da capacidade de diagnosticar necessidades, de elaborar projectos, de apoiar promotores locais na formulação de candidaturas a diferentes programas, tendo um papel significativo na implementação de outros investimentos não directamente relacionados com o programa” (Jordão, 1998, p. 4).

De igual modo, no caso em análise, destacamos o profissionalismo e o empenho do GAL em todo o processo, a abertura e a vontade de divulgar e disponibilizar informações em tempo útil, ou de alguma maneira encontrar resposta para diversas solicitações.

Dimensão a repensar, no quadro da nova iniciativa, é a necessidade de construir antecipadamente um verdadeiro plano estratégico de intervenção capaz de adequar os meios à dimensão dos problemas do espaço geográfico de intervenção.

## **Bibliografia**

ABREU, Manuel Viegas (1996) – “Mudanças, identidades e projectos de desenvolvimento”, *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*; Instituto de Estudos Geográficos; Faculdade de Letras; Coimbra.

ALMEIDA, João Ferreira de *et all.* (1994) – *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida*; Centro de Investigação e Estudos de Sociologia; Centro de Acolhimento e Integração Social; Lisboa.

AMARO, Rogério Roque (1996) – “O desenvolvimento local- um caminho para a sociedade providência?”; *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*; Instituto de Estudos Geográficos; Faculdade de Letras; Coimbra.

BAPTISTA, A. J. Mendes (1999) – *Políticas para o desenvolvimento do Interior. Um contributo para o Plano nacional de desenvolvimento económico e social 2000-2006*; Série Estudos, nº ; Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional; Universidade Nova de Lisboa.

BARROS, Vitor Coelho (1998) – “Desenvolvimento rural na última década”; *A Rede Para o Desenvolvimento Local*, Ed. Esp. (Dez anos de desenvolvimento local em Portugal), Faro, Associação IN LOCO, pp. 9-13.

BEAUDET, GERARD (1999) – « Paysage et investissement de valeur » ; in Philippe Gonidec-Poullaouec *et al* (dir.) (1999) ; *Le paysage : territoire d'intentions* ; L'Harmattan ; Paris.

CARVALHO, Paulo (1999) – *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada à FLUC (1997), Edição da Câmara Municipal da Lousa, 419 pp.

CAVACO, Carminda (1996) – “Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia”, *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Coimbra, IEG/FLUC, pp. 333-355.

CAVACO, Carminda (1999) – “O mundo rural português: desafios e futuros”, in CAVACO, Carminda (Coord.) – *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, Estudos Para o Planeamento Regional e Urbano n.º 50, Lisboa, CEG/UL, pp. 135-147.

COVAS, António (1997) – “A reforma da PAC: estratégia nacional e argumentário de negociação- considerações a propósito”; in *Seminário Novas políticas \_conômico e desenvolvimento rural em Portugal*; Direção-Geral do Desenvolvimento Rural; Lisboa.

CRAVIDÃO, Fernanda; FERNANDES, João Luís (s/d) – “Urbano e rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de “olhar” o território?”; in *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, nº1, II Série; Universidade de Coimbra (em publicação).

DEWAILLY, Jean-Michel (1998) – “Images of heritage in rural regions”; in Richard Butler *et al*, *Tourism and recreation in rural areas*; John Wiley & Sons; Chichester.

DOMINGUES, Álvaro (1997) – “Desenvolvimento do Interior”, in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Col. Debates/Presidência da República, Lisboa, INCM, pp. 69-74.

DONADIEU, PIERRE (1999) - « Campagnes urbaines : de la réalité aux symboles » ; in Philippe Gonidec-Poullaouec *et al* (dir.) (1999) ; *Le paysage : territoire d'intentions* ; L'Harmattan ; Paris.

DUECEIRA (2000) – *Base de dados do LEADER/ELOZ*.

DUECEIRA (2000) – *Boletins Informativos*.

FERNANDES, João Luís (1998) – “Factores imateriais na definição da Geografia de Portugal: Cultura, posição de Portugal no mundo e contrastes internos de desenvolvimento”; in *Cadernos de Geografia*, nº17; Instituto de Estudos Geográficos; Coimbra.

FERNANDES, João Luís; TOMÁS, Paulo Carvalho (1998) – “Heritage as a reintegration strategy in the frontier regions: an example from the luso-spanish borders (a study of Elvas)”; in *Book of Abstracts of the Second International Conference Urban Development: A Challenge for Frontier Regions*; Beer Sheva (Israel).

FERNANDES, João Luís; CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (s/d) – “Rural tourism and new patterns of development in the portuguese countryside” in *IGU; Commission on Dynamics of Marginal and Critical Regions*; Ashgate Publishing, Aldershot; United Kingdom (em publicação).

FERRÃO, João (1995) – “Colectividades territoriais e globalização: contributos para uma nova acção estratégica de emancipação”, in *InforGeo- Ambiente e Território*, nºs 9-10; Associação Portuguesa de Geógrafos; Lisboa.

FERRÃO, João (1998) – “Reconstruir o Interior destruindo a interioridade: para uma estratégia activa de inclusão de actores”; in *Perspectivas de desenvolvimento do Interior*; Debates Presidência da República; INCM; Lisboa.

FIRMINO, Ana (1999) – “Agriculture and landscape in Portugal”; in *Landscape and Urban Planning*, nº46; Elsevier; Amsterdam.

FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde (1979) – *Territory and function: the evolution of regional planning*; E. Arnold Publ.; London.

GASPAR, Jorge (1996) – “O novo ordenamento do território: Geografia e valores”; *Actas do Seminário Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*; Instituto de Estudos Geográficos; Faculdade de Letras; Coimbra.

GEOIDEIA/IESE (1999) – *Estudo de Avaliação Intercalar do PIC LEADER II. Relatório Final*, Lisboa, 169 pp.

HOPKINS, Jeffrey (1998) – “Commodifying the countryside: marketing myths of rurality”; in Richard Butler *et al*, *Tourism and recreation in rural areas*; John Wiley & Sons; Chichester.

JACINTO, Rui (1995) – “O mundo rural e o seu desenvolvimento”, *Cadernos de Geografia*, nº 14, Coimbra, IEG/FLUC, pp. 143-145.

JACINTO, Rui (1998) – “A Região Centro e a recomposição da sua geografia: ensaio para uma leitura dos territórios e a interpretação das suas dinâmicas”, *Cadernos de Geografia (Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira)*, nº 17, Coimbra, IEG/FLUC, pp. 315-321.

JORDÃO, Nuno (1998) – “LEADER II, uma iniciativa comunitária”, in *LEADER II-Semear desenvolvimento, colher futuro*, Suplemento do jornal *Público*, nº 2962, 24/04/1998, p. 4.

KAYSER, Bernard (1990) – *La renaissance Rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*; Col. U, série ‘Sociologie’; Armand Colin; Paris.

KAYSER, B. (1993) – «Des campagnes viventes»; in *Naissance de nouvelles campagnes*, dirigée par Bernard Kayser; DATAR; Éditions de l’Aube; La Tour d’Aigues.

KAYSER, B. (1993) – «Quelles perspectives pour le monde rural ?»; in *Naissance de nouvelles campagnes*, dirigée par Bernard Kayser; DATAR; Éditions de l’Aube; La Tour d’Aigues.

LEFORT, Isabelle (1997) – *Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés*; in Poche Géographie Concours, nº3; Economica; Paris.

MELO, Alberto (1996) – “O Local como polo de resistência ao totalitarismo economicista (ou da necessidade de uma nova economia política)”; *Actas do Seminário Dinamismos sócio-*

*económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*; Instituto de Estudos Geográficos; Faculdade de Letras; Coimbra.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1999) - *Plano de desenvolvimento regional 2000-2006*; Lisboa.

MONTEIRO, Alcides e SIMÕES, Maria João (1995) – “Novos actores na participação para o desenvolvimento”, in *Actas do II Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, APG, pp. 157-165.

MORENO, Luís; MORENO, Maria do Rosário (1998) – “Orientações recentes de uma Geografia Social: o desenvolvimento local em questão”; in *InforGeo- a interdisciplinaridade na Geografia portuguesa: novos e velhos desafios*, nº12/13; Associação Portuguesa de Geógrafos; Lisboa.

MORENO, Maria do Rosário (1996) – *Da Indução do Desenvolvimento Rural à Gestão Multiparticipada*; Tese de Mestrado em Ordenamento do Território; Faculdade de Ciências e Tecnologia; Universidade Nova de Lisboa.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1997) – “Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e a vantagem para a sustentabilidade”, in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Col. Debates/Presidência da República, Lisboa, INCM, pp. 59-68.

PEREIRA, Fernando *et al* (1999) – “Novas actividades \_económico\_ em meio rural”; in Carminda Cavaco (coord.) *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*; Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº50; Centro de Estudos Geográficos; Lisboa.

PERROUX, François (1950) – “Economic space; theory and applications”; in *Quarterly Journal of Economics*, nº64;

PIGEON, Patrick (1997) – *Espaces ruraux et échanges internationaux*; in *Poche Géographie Concours*, nº1; Economica; Paris.

REIS, José (1998) – “Interior, desenvolvimento e território”; in *Perspectivas de desenvolvimento do interior*; Debates Presidência da República; INCM; Lisboa.

REIS, José (1999) – “O rural e o urbano: as novas soluções institucionais e o problema da densidade dos meios”, in CAVACO, Carminda (Coord.) – *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, Estudos Para o Planeamento Regional e Urbano n.º 50, Lisboa, CEG/UL, pp. 33-35.

SCHUMACHER, Ernst (1985) – *Small is beautiful. Um estudo de economia em que as pessoas também contam*; Publicações Dom Quixote; Lisboa.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1998) – *Portugal. Uma visão estratégica para vencer o século XXI. Plano nacional de desenvolvimento económico e social 2000-2006*; Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território; Lisboa.

SILVA, Carlos Nunes (1999) – “Administração autárquica e *governance* local”, in CAVACO, Carminda (Coord.) – *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano n.º 50, Lisboa, CEG/UL, pp. 69-72.

STÖHR, Walter (1974) – *Regional development- experiences and projects in Latin America*; The Hague.

STOREY, David (1999) – “Issues of integration, participation and empowerment in rural development: the case of LEADER in the Republic of Ireland”; in *Journal of Rural Studies*, vol.15, n°3; Pergamon Press; London.

SYRETT, Stephen (1995) – *Local development*”; Avebury; Aldershot.

## ANEXO

**Quadro I.** Número de projectos e investimento aprovado, por localização geográfica do projecto (concelhos e freguesias)

Localização Geográfica	Projectos		Investimento		Dimensão
	Nº	%	Escudos	%	média (Esc)
<b>Castanheira de Pêra</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>94.088.497</b>	<b>13,3</b>	<b>7.840.708</b>
Coentral	1	1	2.900.000	0,4	2.900.000
Castanheira de Pêra	11	9	91.188.497	12,9	8.289.863
<b>Figueiró dos Vinhos</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>94.707.099</b>	<b>13,3</b>	<b>3.788.284</b>
Aguda	4	3	5.000.000	0,7	1.250.000
Arega	2	2	18.408.212	2,6	9.202.106
Bairradas	-	-	-	-	-
Campelo	1	1	4.850.000	0,7	4.850.000
Figueiró dos Vinhos	18	15	66.448.887	9,4	3.691.605
<b>Lousã</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>94.010.684</b>	<b>13,3</b>	<b>3.917.112</b>
Casal de Ermio	7	6	27.470.660	3,9	3.924.380
Foz de Arouce	-	-	-	-	-
Lousa	14	11	51.869.790	7,3	3.704.985
Serpins	2	2	9.977.700	1,4	4.988.850
Vilarinho	1	1	4.692.534	0,7	4.692.534
<b>Miranda do Corvo</b>	<b>27</b>	<b>22</b>	<b>96.090.272</b>	<b>13,5</b>	<b>3.558.899</b>
Lamas	1	1	2.318.832	0,3	2.318.832
Miranda do Corvo	18	15	62.870.154	8,9	3.492.800
Rio de Vide	-	-	-	-	-
Semide	4	3	7.241.322	1	1.810.331
Vila Nova	4	3	23.659.964	3,3	5.914.991
<b>Pedrógão Grande</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>94.269.637</b>	<b>13,3</b>	<b>8.569.967</b>
Graça	1	1	26.125.600	3,7	26.125.600
Pedrógão Grande	10	8	68.144.037	9,6	6.814.404
Vila Facaia	-	-	-	-	-
<b>Vila Nova de Poiares</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>93.250.921</b>	<b>13,1</b>	<b>6.660.781</b>
Arrifana	-	-	-	-	-
Lavegadas	-	-	-	-	-
Poiares (Santo André)	9	7	38.566.092	5,4	4.285.121
São Miguel de Poiares	5	4	54.684.829	7,7	10.936.966
<b>Zona de Intervenção</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>143.301.786</b>	<b>20,2</b>	<b>14.330.179</b>
Total	123	100	709.718.896	100	5.770.072

Fonte: Base de dados do LEADER/ELOZ, Dueceira, 2000